

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

SARA DE ANDRADE MARTINS

**Inclusão do Aluno com Deficiência Visual:**  
Realidades e Dificuldades

DOIS VIZINHOS

2018

SARA DE ANDRADE MARTINS

**Inclusão do Aluno com Deficiência Visual:**

Realidades e Dificuldades

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Biólogo Licenciado.

Orientador: Professora Patrícia Franchi de Freitas

DOIS VIZINHOS

2018

## ANEXO 10

Ministério da Educação



**Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná**

Câmpus Dois Vizinhos

Coordenação do Curso Ciências Biológicas



---

---

### TERMO DE APROVAÇÃO

**Trabalho de Conclusão de Curso n° \_\_\_\_**

**Inclusão do Aluno com Deficiência Visual:**

Realidades e Dificuldades

por

**SARA DE ANDRADE MARTINS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 14horas do dia 20 de novembro de 2018, como requisito parcial para obtenção do título de Biólogo (Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos). O candidato foi arguido pela banca examinadora composta pelos membros abaixo assinados. Após deliberação, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO

(aprovado ou reprovado)

---

Prof<sup>a</sup>.Dra. Mara Luciane Kovalski

UTFPR – Dois Vizinhos

---

Prof<sup>a</sup>.Dra. Patricia Franchi De Freitas

Orientador(a)

UTFPR – Dois Vizinhos

---

Prof<sup>a</sup>.Dra. Rosangela Maria Boeno

UTFPR – Dois Vizinhos

---

Prof<sup>a</sup>.Dra. Marciele Felippi

Coordenador do Curso de Ciências  
Biológicas

UTFPR – Dois Vizinhos

**“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”.**

*“Porque dentre todas as flores que existem, a rosa é a mais contraditória. Embora suas pétalas sejam tão delicadas que a qualquer toque podem se desfazer, seu caule é tão forte que pode nos ferir”. Oscar Wilde (1888) O Rouxinol e a Rosa.*

*“Não é a cegueira, e sim a atitude dos videntes em relação aos cegos a carga mais pesada a ser enfrentada” (Hellen Keller).*

## RESUMO

Para garantirem os direitos às pessoas com deficiência foram surgindo legislações e declarações, permitindo a inclusão destes no Ensino comum e acesso ao atendimento especializado. Todavia, a inclusão ainda é um processo falho iniciando-se no despreparo das escolas, infraestrutura inadequada, falta de materiais didáticos, formação e informação dos professores em atender esses alunos com deficiência. Os Deficientes Visuais lidam constantemente com a exclusão, iniciando com a superproteção da própria família e culminando com a falta de integração com a sociedade. Este trabalho teve por objetivo compreender como ocorreu o processo de organização da comunidade escolar para atender o aluno com Deficiência Visual. Como os professores se sentem sem capacitação, como contribuirão para processo de inclusão? Esta pesquisa foi realizada em uma escola do Ensino comum, na cidade de Dois Vizinhos PR. As análises dos dados obtidos durante a pesquisa procedeu-se de forma qualitativa. Como coleta de dados foi realizada entrevista e questionário analisando-as a partir da leitura e transcrição das respostas, de modo a compreender o processo de inclusão escolar. A partir do parecer do aluno com Deficiência Visual do Ensino Médio compreender como ocorreu o seu processo de inclusão, sua relação entre os colegas e professores da turma. Através da minha experiência como professora estagiária de uma aluna com deficiência visual no Ensino Fundamental I, relato as dificuldades e a efetivação da inclusão desta aluna no Ensino comum. Pode-se compreender que o processo de inclusão do aluno com Deficiência Visual ainda é dificultoso, principalmente por parte dos professores em trabalhar com estes alunos por não possuírem formação, sendo que as leis vigentes deixam de cumprir suas metas impostas, fazendo com que a inclusão se torne algo apenas superficial e não eficaz.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Deficiente visual. Legislação.

## **Abstract**

In order to guarantee the rights of persons with disabilities, laws and declarations have emerged, allowing them to be included in common education and access to specialized care. However, inclusion is still a flawed process, starting with the unpreparedness of schools, inadequate infrastructure, lack of teaching materials, training and information of teachers in attending these students with disabilities. The Visually Impaired are constantly dealing with exclusion, beginning with the overprotection of their own family and culminating in the lack of integration with society. The objective of this work was to understand how the process of organizing the school community occurred to attend the student with Visual Impairment. How do teachers feel without training, how will they contribute to the inclusion process? This research was carried out in a common school in the city of Dois Vizinhos PR. The analysis of the data obtained during the research was carried out qualitatively. As data collection, an interview and questionnaire was analyzed analyzing them from the reading and transcription of the answers, in order to understand the process of school inclusion. From the opinion of the student with Visual Disability of High School, understand how their inclusion process occurred, their relationship between colleagues and teachers. Through my experience as a trainee Dixeiro of a student with visual impairment in elementary school I, I report the difficulties and the effectiveness of the inclusion of this student in the common teaching. It can be understood that the process of inclusion of students with visual impairment is still difficult, especially on the part of teachers to work with these students because they do not have training, and the current laws fail to meet their imposed goals, making inclusion becomes something only superficial and not effective.

**Keywords:** School inclusion. Visually impaired. Legislation.

## **Lista de Siglas**

**AEE-** Atendimento Educacional Especializado

**CAP-** Apoio pedagógico a Deficientes Visuais

**CEB-** Câmara de Educação Básica

**CEE-** Conselho Estadual de Educação

**CNE-** Conselho Nacional de Educação

**DEEIN-** Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional

**DV-** Deficiente Visual

**LDB-** Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

**MEC-** Ministério da Educação

**PCN-** Parâmetros Curriculares Nacionais

**SEED-** Secretária de Educação a Distância

**SUED-** Superintendência da Educação

**SRM-** Sala de Recursos Multifuncional



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>10</b>
2.1 Deficientes Visuais .....	10
2.2 Histórico da Inclusão .....	11
2.2.1 Inclusão Educacional no Estado do Paraná .....	13
2.3 Inclusão Escolar .....	14
2.4 Formação Continuada do Professor .....	15
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
3.1 Métodos de Coleta .....	17
3.2 Estratégia de Ação .....	17
3.3 Análises de Dados .....	18
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>20</b>
4.1 Ensino Fundamental I.....	20
4.1.2 Parecer da organização da comunidade escolar .....	20
4.1.3 Parecer dos professores .....	21
4.1.4 Relato de experiência do professor estagiário operacional.....	24
4.2 Ensino Médio .....	26
4.2.1 Parecer do professor especializado.....	26
4.2.2 Relato de experiência do aluno com deficiência visual .....	30
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história sobre a Educação Especial iniciou-se no Brasil no século XIX, com uma visão médico-pedagógica, com realizações de atendimentos em instituições privadas para atender pessoas com deficiência, sem vínculos com as políticas públicas educacionais. Após a Segunda Guerra Mundial muitos soldados sofreram mutilações e com isso, a sociedade teve necessidade de integrá-los, surgindo uma nova política pública sobre a inclusão (BUCCIO, 2008).

Esses conhecimentos sobre a Educação Especial foram trazidos por brasileiros a partir da cultura europeia e norte-americana, com intuito de promover ações para pessoas com deficiência mental, física e sensorial, sendo que essas práticas não estavam vinculadas com as políticas públicas educacionais, mas sim de caráter privado. No âmbito da educação, o Brasil apresentou importantes marcos, como em 1954 a 1957 com implementações de clínicas particulares de ato privado; 1957 a 1993 as execuções de domínio nacional e 1993 ocorreu os movimentos em prol da inclusão escolar (MANTOAN, 2000).

Para ofertar uma educação para todos, foram surgindo legislações e declarações para garantirem a vigência desses direitos. Em 1988 a Constituição Brasileira, no Capítulo III, Seção I da Educação, da Cultura e do Desporto, Art.205 prescreveu que a educação é direito de todos, sendo um dever do Estado e da família perpetuar esse direito. A efetividade da inclusão escolar se estendeu com a Declaração de Salamanca na Europa em 1994, com a elaboração de documentos garantindo os direitos à educação das pessoas com deficiência, a terem acesso à escola comum, proporcionando orientação inclusiva de modo a combater atitudes discriminatórias. Em 1996 no Brasil, foi aprovada a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 59 capítulo III p.39, assegurando que as pessoas com deficiência, sejam atendidas nas escolas públicas do Ensino Comum por “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Esse atendimento ao aluno deficiente, muitas vezes não é concebível, especialmente

para o deficiente visual, que possui direito a frequentar a sala de apoio, mas não tem como direito uma professora especializada no ensino comum. Por intervenção judicial dos familiares, alguns municípios disponibilizam uma professora para atender somente estes alunos, auxiliando, adaptando atividades e avaliações coerentes, segundo o planejamento do professor regente, permitindo a ambientação escolar, incentivando e estimulando o desenvolvimento deste aluno.

Essa autonomia oferece condições a esses alunos progredirem nos estudos e no meio social (GUEBERT, 2007). Infelizmente, não é ofertado treinamento especializado para o professor/estagiário, por conta própria precisa buscar informações, conteúdos e aprender a adaptar materiais e métodos para que o processo de ensino aprendizagem seja efetivo. Desta forma, o êxito do trabalho do professor estagiário fica totalmente dependente de sua própria proatividade, iniciativa e dedicação.

O aluno deficiente visual lida constantemente com a exclusão, iniciando com a superproteção da própria família e culminando com a falta de integração com a sociedade. Essa desvantagem se estende ao ambiente escolar, visto que são nítidas as dificuldades em socializar com os colegas, as limitações em realizar certas atividades, e a carência de livros no sistema escrita em Braille. Além dos docentes não possuírem conhecimento da língua Braille, prejudicam a alfabetização e aprendizagem do aluno. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), no art. 28º o poder público tem que ofertar qualificação aos professores em Braille e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que haja atendimento especializado destes alunos.

A formação do profissional é serviço do sistema de ensino, permitindo ao professor a capacidade de elaborar atividades e criar materiais adaptados, de forma a incluir esse aluno (MANTOAN et.al, 2006). É equívoco pensar que essa formação ocorre, a falha da inclusão inicia-se no despreparo das escolas, falta de infraestrutura, materiais adaptados e formação e informação dos professores em atender esses alunos. A formação inicial dos docentes não oferece capacitação para lidar com essas situações em sala de aula, e com isso, muitos professores acabam resistindo a essas mudanças por não se sentirem preparados.

O presente trabalho teve por objetivo geral compreender como ocorreu o processo de organização da comunidade escolar para atender o estudante com Deficiência Visual (DV). Como os professores contribuíram com práticas sociais e pedagógicas, para que a inclusão deste aluno com DV fosse efetivada através de ferramentas com representação adequada em Braille.

Investigou-se o processo de inclusão do aluno com DV no ensino comum em uma escola públicas do município de Dois Vizinhos-PR, se houve convívio escolar, prática social e comunicação entre o estudante deficiente com os docentes. E com tudo isso, proporcionar uma sensibilização geral em prol da inclusão de deficientes visuais no ambiente escolar, principalmente entre os professores regentes.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Deficientes Visuais**

O Deficiente Visual é considerado com esta deficiência quando sua visão é comprometida total ou parcialmente, ocorrendo à perda do funcionamento do sistema visual ocasionada por uma patologia ou por dano da estrutura atingida. Segundo Almeida (2014), conforme a idade que se manifesta a perda da visão pode apresentar estímulos e percepções diferenciadas. Por exemplo, na cegueira congênita, há necessidade de estimular os sentidos da audição, olfato e tato para adquirirem conhecimento e reconhecimento de lugares e objetos. Já uma pessoa que perdeu sua visão depois do nascimento pode reter imagens visuais e estabelecer relações entre elas.

Para alunos com DV aprenderem de fato, precisam atuar/vivenciar sobre o objeto de sua aprendizagem para alcançarem a percepção. Nesses casos, precisam de um conjunto de medidas que possibilite o desenvolvimento e aprendizagem de forma satisfatória, pois as limitações não se apresentam somente nas realizações de escrita e leitura, mas também se manifestam na aquisição de conceitos e deslocamento, dificultando o convívio social deste aluno. Desta forma professores especializados para o ensinamento da escrita Braille, escolas com materiais adaptados e didáticos, faz com que este aluno se sinta incluso, além de proporcionar uma educação de qualidade (ALMEIDA, 2014).

De acordo com MANTOAN et.al (2006) as adaptações devem atender a necessidade do aluno, como mudanças no ambiente físico escolar, equipamentos e recursos materiais específicos, capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação. Para os alunos com DV é de extrema necessidade adquirir alguns materiais para o ensino aprendizagem, por serem desprovidos de visão precisam de bengala para locomoção, máquina Braille, sorobã, livros em sistema de escrita Braille, materiais de textura modificada, computador com sintetizador de voz e periféricos adaptados, impressora em Braille, bolas de guizo, etc. Essas adaptações se encontram em ações de inclusão, permitindo a autonomia e integração deste aluno deficiente.

Portanto a integração é um processo que permite condições de pessoas com deficiência a terem participação na sociedade, tendo atuação nos direitos e deveres estabelecidos. Todavia, as leis vigentes que não amparam os DV dificultam a participar de um processo educativo e de aprendizagem. O objetivo de proporcionar aos indivíduos igualdade de tratamento e condições favoráveis de vida, ainda não foi alcançado, ou seja, os excluídos ainda não foram incluídos (PENA; FERREIRA, 2011).

## **2.2 Histórico da Inclusão**

As primeiras implantações de instituições preocupadas em como educar as pessoas com deficiência visual e os surdos, surgiu em 1854, pela iniciativa do governo imperial, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, através do Decreto Federal nº428 e o Instituto dos Surdos e Mudos em 1857(COSTA, 2012). Segundo Mantoan (2000), o Brasil apresentou outros períodos importantes na educação, como em 1954 a 1957 houve atuações particulares de ato privado, 1957 a 1993 execuções de domínio nacional e 1993 movimentos em prol da inclusão escolar.

Essa preocupação com as pessoas deficientes teve iniciativa com implantações de clínicas privadas de tratamentos para atendimento de pessoas somente com deficiências sensorial, física e mental. Posteriormente composto pelo poder público, foram realizadas “campanhas” de conscientização para atender essas pessoas, dando abertura para se pensar sobre a Educação Especial brasileira. Os movimentos de inclusão tiveram iniciativa dos pais de crianças com deficiência mental, sendo responsáveis por fundarem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil (MANTOAN, 2000).

Em 1988, teve a oficialização da educação para todos pela Constituição da República Federativa do Brasil, no Capítulo III, Seção I da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 205, p. 124, prescreveu que educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para promover a inclusão do aluno deficiente na sociedade, em 1990 levantou-se questionamento sobre o papel da escola em fazer a diferença, a partir disto a educação deixou de ser homogeneidade para uma educação com diversidade, visando a oferecer aos alunos com deficiência, recursos, suporte e apoios (CORREIA, 2014). Portanto, este processo de preocupação com alunos deficientes resultou-se no encontro internacional do dia 7 a 10 de Junho de 1994 em Salamanca na Espanha, com intuito de orientar os governos e organizações sobre os direitos à educação das pessoas com deficiência a terem acesso à escola do Ensino comum, reafirmando que todas as pessoas com deficiência têm o direito de optar pela sua educação, sendo que as escolas devem se adaptar para atender esses alunos, independentes de suas condições. Assim como os pais têm o direito de saberem como ocorrerá essa integração.

Em 1996 no Brasil, foi aprovado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, dentre as leis mais significativas, pois proporcionou a oferta de educação para todos. De acordo com o seu art. 4º (inciso III), afirma que é dever do Estado garantir o atendimento especializado educacional gratuito aos educandos com deficiência, de preferência na rede regular de ensino. O capítulo V do art. 58, p.39, diz que:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Para alunos com deficiência visual, as leis vigentes não abordam se possuem o direito a uma professora auxiliar ou não. Isso dependerá da interpretação da gestão escolar, pois há brechas na legislação vigente que permitem à escola não disponibilizar tal profissional. Além disso, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), o Estado tem que assegurar educação inclusiva de qualidade, mas fica a critério da família do aluno com deficiência a opção de inseri-lo ou não na rede regular de ensino, em classes comuns, ou se necessário, ter atendimento educacional especializado.

### **2.2.1 Inclusão Educacional no Estado do Paraná**

No Paraná, houve a Deliberação nº 02/03 Conselho Estadual de Educação (CEE) que fixou normas para a Educação Especial, para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Com isso, Secretária de Educação a Distância (SEED) e Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN) assume funções pedagógicas e sociais na implementação de políticas públicas em relação à Educação Especial, estabelecendo parceria com Secretarias Municipais de Educação e as instituições especializadas conveniadas.

Desta forma foram incorporados serviços de atendimento como, Sala de Recursos Multifuncional (SRM) de 5º a 8º anos na área da deficiência intelectual e transtornos funcionais do desenvolvimento e sala de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento. Para o atendimento destes alunos foram requisitados professores de apoio, tradutores e intérpretes para educandos surdos com domínio da Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS e centros de atendimentos para alunos das áreas da deficiência visual. Na Deliberação n.º 02/2016, Seção III considera-se:

Art. 16. Considera-se sala de recursos multifuncionais o espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados e de apoio aos alunos e professores, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Art. 17. As instituições da rede regular de ensino deverão disponibilizar salas de recursos multifuncionais de diferentes categorias, conforme a necessidade de seus estudantes, visando à complementação curricular e pedagógica.

O Estado do Paraná salienta que a criança com deficiência deve estar matriculada na rede de ensino comum, mas aos alunos que apresentam altas especificidades, como necessidades intensas e contínuas são assegurados o direito de matrícula nas escolas especiais.

Com esta demanda de alunos sendo inclusos no ensino comum, foram necessários realizações de dois concursos públicos para a Educação Especial. No ano de 2004 e 2007, professores especializados em educação especial e



193 vagas para tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa para alunos surdos. Constatada na Deliberação n.º 02/2016, Seção III:

§ 1º [...] professores especialistas em Educação Especial, tradutor ou intérprete e pessoal de apoio para as atividades de alimentação, higiene e locomoção dos estudantes que necessitam desse tipo de atendimento.

§ 2º: [...] devem orientar e trabalhar em sintonia com os professores da classe regular e atender os estudantes [...].

### **2.3 Inclusão Escolar**

A oportunidade de ter acesso ao ensino formal brasileiro ainda é restrita, principalmente para os alunos com deficiência. O processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino comum ainda se procede de forma resistente, onde as escolas se opõem em acolhê-los por estarem despreparados estruturalmente e pedagogicamente para atendê-los. A falta de informação dificulta a efetivação da inclusão, onde as escolas não estão preparadas para atender a diversidade, causando receio das famílias em inserir seus filhos no ensino comum, por medo de que sejam discriminados ou mal atendidos. A inclusão escolar pode ter concepções de interpretações distintas, podendo não ser totalmente compreendida, o que prejudica a aplicação de mudanças significativas nas escolas (MANTOAN et.al, 2006).

Segundo Oliveira (2004), a sociedade ainda exige padrões, nos quais a deficiência está relacionada à particularidade do indivíduo, sendo interpretada como algo não padronizado que remete às ações limitadas. Sabemos que lecionar é uma tarefa árdua, ainda mais para estes alunos, pois exigirá uma atenção maior e necessidade de adaptação de atividades e avaliações diferenciadas, para que esse estudante possa interagir e realizar atividades práticas promovidas pela escola (CARVALHO, 2005).

As políticas públicas educacionais estabelecem garantia à educação para todos, formando o conceito de educação inclusiva, onde o planejamento se baseia em educar de forma similar. A cultura da exclusão é algo social, onde se considera o "normal" como aceitável em detrimento do "diferente". Os excluídos da sociedade são crianças, mulheres, pessoas com limitações e os desfavorecidos economicamente, e no ambiente escolar esse processo é muito

mais evidente (BUCCIO, 2008). É importante proporcionar a igualdade nas escolas, porém respeitando alguma limitação e compreendendo as particularidades apresentadas por estes (MANTOAN et.al, 2006).

Mesmo com todas as dificuldades que esses alunos possam apresentar, suas matrículas são as seguradas no ensino comum pelas políticas públicas, cumprindo somente o seu papel social. Porém, cabe às escolas inseri-los no processo de escolaridade, mesmo não possuindo ferramentas para promover a adequação ao atendimento, além da defasagem na orientação e a formação continuada aos profissionais (BARRETTA; CANAN, 2012).

No Estatuto da Pessoa com Deficiência art. 28º do (2015), o poder público tem que ofertar qualificação aos professores na escrita Braille e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que haja atendimento especializado destes alunos. Segundo Vitaliano (2007), a inclusão do aluno deficiente dependerá da capacidade dos professores em promover aprendizagem e participação. Para que essa inclusão ocorra é necessário estarem preparados e saberem como atuar em situações adversas.

#### **2.4 Formação Continuada do Professor**

A preocupação com a formação de professores tem sido mencionada nas discussões promovidas pela Secretaria de Educação a Distância (SEED). Para Mantoan (2011) a formação dos professores é proporcionada nos cursos de graduação, pós-graduação, especialização e formação continuada. Esta incansável formação para atender estes alunos inclusos em um ambiente escolar, está concretizando uma visão de “escola clínica a que resolve os problemas das deficiências e, em consequência, da inclusão escolar”.

Esta formação dos professores não corre antecipadamente, é somente proporcionada à medida que inicia os problemas de aprendizagem ou adaptações dos alunos. A importância na formação continuada dos professores tem por finalidades oferecer condições mínimas para que desempenhem sua função proporcionando aperfeiçoamento, adaptações e atualizações no método de ensino, sendo um complemento da formação para saberem lidar com diversas em sala de aula (BORGES, 2014). Quando um aluno com deficiência visual é inserido em um ambiente escolar, os professores precisam desenvolver materiais adaptados, havendo a necessidade de se utilizar a

criatividade. Eichel e Del Pino (2010) ressalta como o livro didático detém nos conteúdos mínimos para ensinar, fica por conta dos professores a criatividade e adaptações dos conteúdos.

O profissional que trabalha com educação especial deve ser qualificado, abrangendo em suas aulas domínio do conhecimento, práticas pedagógicas criativas e sociais. Somente assim, poderá contribuir para a “diminuição da segregação e da exclusão dos diferentes pela sociedade capitalista moderna”. (CARTOLANO, 1998). Por parte dos docentes ainda se tem muitas restrições devido à falta de capacitação para trabalhar com os alunos deficientes, referindo-se que durante a sua formação na graduação não foram contemplados com disciplinas que os preparassem para o processo de inclusão escolar (COSTA, 2012).

A Declaração de Salamanca reforça a capacitação dos professores incluindo a educação especial dentro das escolas inclusivas, sendo responsabilidade dos governos garantirem esta formação.

Não podemos pensar isoladamente a formação do professor de educação especial. Ao contrário, é preciso considerá-la como parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral e submetê-la, portanto, às mesmas discussões que se vêm fazendo neste âmbito, seja no âmbito nacional, estadual ou regional. (CARTOLANO, 1998).

Schnetzler (2002) aponta que essa defasagem na efetivação dos cursos de formação continuada dos professores não proporciona relação com os problemas vivenciados pelos docentes em sala de aula. O desafio de ensinar em uma sala de aula é do professor, mas não podemos apenas atribuir todo este processo de inclusão a eles, pois estes alunos estão inseridos em um ambiente escolar, portanto cabe à sociedade contribuir para que a inclusão seja efetiva ocorrendo avanços e transformações (FRIAS; MENESES, 2008).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Métodos de Coleta**

Este trabalho baseou-se na abordagem da pesquisa qualitativa. Segundo Chizzotti (2000), a abordagem qualitativa se procede de forma a averiguar informações e suas causas, para que sejam obtidas conclusões dos fatos observados. Este método se aplicado à investigação através das observações e experiências dos sujeitos, procedendo com o pesquisador e o fenômeno pesquisado, trançando suas ações e opiniões de modo a avaliar suas perspectivas (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Os instrumentos mais utilizados por diversos tipos de pesquisa são questionários e entrevistas. Segundo Andrade (2009), questionário é um instrumentos de coleta de dados, constituído por perguntas claras e objetivas, que não podem induzir as respostas e podem ser respondidas sem a presença do entrevistador. A coleta de dados deste trabalho se deu a partir de entrevistas, por meio de gravações e aplicação de um questionário. A entrevista baseia-se na investigação social, ocorrendo o encontro entre duas pessoas, a fim de obter informações a respeito de determinado assunto, através de uma conversação. Ao escolher o questionário, o pesquisador não permite que o sujeito discorra sobre um assunto. Porém, quando pesquisador opta pela entrevista, conseqüentemente o discurso será mais detalhado sobre um determinado problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Este método é de caráter exploratório, se baseando a partir de perguntas diretas e respostas completas e suficientes, enquadrando-se na utilização do estudo de caso, buscando-se descrever as experiências vivenciadas em forma de conteúdo explícito para o levantamento de hipóteses, além de obter compreensão da problemática do sujeito, para concluir e finalizar os pensamentos expostos (GIL, 2002).

#### **3.2 Estratégia de Ação**

A pesquisa foi realizada em Escolas públicas do ensino comum, localizadas no município de Dois Vizinhos PR. A primeira etapa da pesquisa

buscou compreender como a comunidade escolar se organizou para atender a aluna com deficiência visual.

Efetuamos a aplicação do questionário com a equipe pedagógica, composta por diretora, pedagoga e secretária. Posteriormente aplicamos questionário aos professores que lecionaram para esta aluna com Deficiência Visual, a fim de obtermos informações sobre as aplicações e metodologias que utilizavam para aplicação dos conteúdos de Ciências. Como os alunos com DV possuem direitos a um professor de atendimento educacional especializado, também foi efetuada entrevista com este professor especializado, de modo a compreender como ocorreu o processo de especialização e se ocorre intervenção pedagógica ou sugestões de atividades por parte deste professor para os demais profissionais.

Realizou-se também uma entrevista com aluno DV, de modo a compreender por meio do seu relato como ocorreu o processo de inclusão na Educação Básica e se os conteúdos abordados nas disciplinas de Ciências/Biologia foram significativos para obtenção do conhecimento. Além disso, possibilitou a compreensão de como está se procedendo à efetivação da inclusão na escolas públicas do ensino comum.

Para compreender o processo de inclusão de um aluno com DV, através do meu relato de experiência que realizei em uma Escola Municipal, exponho as dificuldades enfrentadas, por falta de materiais, infraestrutura escolar e especialização.

### **3.3 Análises de Dados**

Segundo André e Ludke (1986), as análises de dados qualitativos significa analisar todo o material obtido durante a pesquisa, através da transcrição da entrevista e questionário, bem como, relato de experiência, obtendo o máximo de informações disponíveis.

As análises dos dados foram realizadas através da leitura das respostas, transcritas de recortes dos trechos mais significativos do questionário, entrevista e relato de experiência, sendo explícitas baseadas nas interpretações pessoais.

Os resultados procederam por divisões de categorias. A primeira categoria está relacionada às experiências vivenciadas com um aluno deficiente visual em um ambiente escolar do Ensino Fundamental I, por professores, estagiário e equipe pedagógica, sendo divididas em:

- Parecer da organização da comunidade escolar (Diretor e Coordenador);
- Parecer dos professores, categorizados em P1 e P2;
- Meu relato de experiência como professor estagiário operacional.

Esta categoria está relacionada à especialização e atendimento do aluno com DV do Ensino Médio, por uma professora especializada. Assim, como um relato de experiência deste aluno sobre o seu convívio com professores e alunos no ambiente escolar que se encontra inserido, sendo categorizado em:

- Parecer da professora especializada;
- Parecer do aluno com Deficiência Visual.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Ensino Fundamental I

#### 4.1.2 Parecer da organização da comunidade escolar

Este parecer baseia-se na inclusão da aluna com Deferência Visual matriculada na Escola Municipal. Através das perguntas a diretora e coordenadora expuseram as dificuldades para incluir esta aluna e como trabalham este processo com professores, alunos e serventes.

**Pergunta 1:** Como a escola se preparou para atender o aluno com deficiência visual?

*“A aluna chegou, as dificuldades de adaptação física começaram também. Não houve uma adequação do ambiente com antecedência, nem dos professores envolvidos”.*

**Pergunta 2:** Como a escola juntamente com a equipe pedagógica, trabalham o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência visual, com professores, serventes e alunos?

*“Através de discussões, sensibilização coletiva com contação de história, em sala de aula abordagem do tema com as turmas. A equipe de professores e funcionários é colocada à par da situação e orientados sobre a maneira de agir com os alunos”.*

Quando uma proposta política é imposta, baseando-se no direito ao acesso à escola para todos os que possuem deficiência, a implementação dessa política dificulta o processo de ensino, já que as escolas não possuem estrutura física para atendê-los e principalmente na ausência de professores especializados ou com conhecimento para auxiliar (BARRETTA, 2012).

De acordo com Mantoan (2006), as adaptações curriculares também se fazem necessárias para atender à necessidade do aluno. As adaptações adequadas para estes alunos são de responsabilidade das instâncias político-administrativa que devem permitir condições ambientais, estruturas e adaptação do meio físico, materiais para o aluno de uso comum em sala de aula e formação continuada dos professores.

A escola tem como função integrar estes alunos, mas também preparar professores, alunos, pais, para contribuírem com o processo de ensino e desenvolvimento do indivíduo (DESSEN; POLONIA, 2007). Segundo Lazzaretti e Freitas (2016) “a família, fomenta-se o processo de socialização, proteção e desenvolvimento no plano afetivo, social e cognitivo. Na escola, assegura-se o processo de ensino-aprendizagem, cujos conteúdos curriculares auxiliam na construção de conhecimento”. Maciel (2000) menciona, que as crianças com deficiência ao serem inseridas nas escolas participarão de três princípios escolares: interação aluno-aluno, integração professor-aluno e o próprio ambiente de aprendizagem.

Essa consciência abordada nas escolas sobre a inclusão através de métodos como contação de histórias ou diálogos expande conhecimentos sobre a deficiência deste aluno, não de forma a expô-lo e constrangê-lo, mas faz com que as pessoas compreendam suas limitações e mesmo assim possuem a capacidade de realizar as mesmas atividades, brincadeiras e autonomia para se locomoverem ou se alimentarem, pois certas limitações não impedem que realizem ações em seu cotidiano. Quando esta criança se sentir incluída, o sentimento de amparo e conforto facilitará o processo de ensino-aprendizagem, e sua relação com o meio na qual está inserida (LAZZARETTI; FREITAS, 2016).

#### **4.1.3 Parecer dos professores**

A primeira pergunta contida no questionário entregue às professoras fundamentava-se na formação destes para atender um aluno com Deficiência Visual.

**Pergunta 1:** Você possui alguma especialização para atender um aluno com Deficiência Visual?

Ambas as professoras afirmaram que não possuem especialização para atender um aluno com DV. Diante das respostas das professoras, percebemos que partes dos professores que atuam nas escolas não possuem especialização para trabalharem com alunos deficientes, e se possuem alguma pós-graduação na área de educação especial não são aprofundadas ou específicas, sendo que quando completaram seu magistério não possuíram



esses conhecimentos (MANTOAN et.al, 2006). Estas professoras descreveram que lecionaram para uma aluna com deficiência visual e não receberam nenhum suporte ou formação por parte da secretaria da educação para lecionar e alfabetizar esta aluna.

Uma das maiores dificuldades dos educadores em trabalhar com alunos deficientes são a falta de formação e conhecimento, por mais, que a inclusão destes alunos seja obrigatória o sistema de ensino não estabelece melhorias ou capacitação aos profissionais para estarem atuando com estes alunos (PADILHA, 2007).

**Pergunta 2:** Como você se sentiu ao saber que lecionaria para um aluno com Deficiência Visual?

**P1-** *“No início fiquei com medo, muito preocupada em como ajudar o aluno, mas com o passar do tempo as dificuldades foram diminuiu e aluna aprendeu a ler, escrever, números e cálculos simples”.*

**P2-** *“Fiquei muito preocupada e insegura com esse desafio, porém, foi muito bom”.*

Ambas as professoras expõe o receio que tinham em lecionar para esta aluna, novamente enfatizamos a formação destes professores. Sendo que a formação inicial dos professores da Educação Básica está vinculada a responsabilidade das instituições de ensino superior, sendo que a LDB em seu art. 62, p.42 constam os responsáveis em proporcionar a formação continuada do profissional.

§ 1 A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

Mantoan et.al (2006) ressalta que a formação continuada dos professores é de responsabilidade dos sistemas de ensino, devendo assegurar que estes sejam preparados para elaborar e introduzir novas práticas de ensino para incluir os alunos deficientes. Além de precisarem de capacitação os professores precisam estar preparados psicologicamente para receber

estes alunos para que a inclusão não seja somente superficial, mas que haja aprendizagem deste aluno e dos demais (CORREIA, 2014).

**Pergunta 3:** Como vocês professores elaboram materiais para auxiliar o aluno com Deficiência Visual, principalmente nos conteúdos de Ciências?

**P1-** *“Com muita dificuldade por não ter formação, pesquisando, trocando ideias com colegas. Procurando adaptar os conteúdos e atividades às dificuldades do aluno, materiais concretos (manipulação)”.*

**P2-** *“Durante as horas atividades, preparamos aulas e programações para a turma, adaptando para a aluna com deficiência visual”.*

A professora P1, destaca a necessidade de uma formação e as dificuldades para elaborar ou adaptar materiais para estes alunos. A inclusão de um aluno com DV em sala de aula sem recursos e materiais se torna algo trabalhoso e complexo. A importância da hora atividade para estes professores proporciona o planejamento das aulas e realização de adaptações das atividades para os alunos inclusos. A prática pedagógica alicerçada em desenvolver materiais de manipulação para estes alunos garantem uma aprendizagem significativa (CORREIA, 2014).

Frias e Menezes (2008), destacam algumas adaptações necessárias em sala de aula para alunos com DV, como posicionar este aluno sempre a sua frente para que possa favorecer a audição na sala de aula; adaptações das carteiras para facilitar a locomoção; se faz necessário explicar de forma detalhada todo o material utilizado; Não aplicar avaliação diferente, e sim adaptada para que não ocorra a discriminação e proporcionar interação e autonomia.

Segundo Rodrigues (2006), “Na escola inclusiva, as práticas devem responder às diferenças dos alunos por meio de aprendizagem diversificadas para a heterogeneidade dos alunos”. As adaptações necessárias das atividades e avaliações para os alunos com DV, fica a cargo da disposição dos professores.

Não há como mudar práticas de professores sem que os mesmos tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional (MANTOAN et.al, 2006 p.59).

A autora também destaca a importância de se trabalhar a confiança dos professores para lidarem com todos os alunos, sendo primordial para o processo de ensino. Proporcionar a participação e troca de saberes entre professores, possibilita a discussão de novas estratégias e ações para se trabalhar com estes alunos.

As aulas de ciências geralmente são expositivas, os livros didáticos possuem uma fonte pequena de informação sendo que não há livro didático específico para alunos com deficiência visual, esses geralmente são pedidos para serem adaptados pelo núcleo responsável da região. Outro impasse para aplicação do conteúdo de ciências seria a confecção de material didático que demanda tempo e em sala de aula este material teria que ser explicado detalhadamente e de forma palpável (JORGE, 2010).

#### **4.1.4 Relato de experiência do professor estagiário operacional**

Neste relato descrevo o processo de inclusão de uma aluna com Deficiência Visual do Ensino Fundamental I. Expondo a realidade e dificuldade que enfrentei para trabalhar com esta aluna.

O aluno com DV não possui direito a uma professora especializada, pois as leis vigentes apenas ressaltam atendimento para os alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, se tornando ausentes as citações que permitem um professor trabalhar com aluno DV em sala de aula do ensino comum.

A dificuldade que encontramos ainda hoje no ensino inclusivo é que o professor não está inserido na escola apenas para acompanhar este aluno, mas tem como papel alfabetizá-lo na escrita Braille, adaptar atividades em sala de aula e proporcionar interação com os colegas e autonomia. Desta forma, fica a critério do professor de como aplicar os conteúdos para proporcionar a melhor qualidade de ensino e buscar estudar e adquirir informações para repassar a estes alunos. O professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), apesar de auxiliar o professor que acompanha este aluno ou professor

regente para fazer as devidas adaptações dos materiais, não tem a função de ensiná-los diretamente, pois não tem o papel de substituir um professor em sala de aula do ensino comum (DIAS et.al, 2017).

Durante a realização do estágio supervisionado não obrigatório, realizado nas séries iniciais do fundamental I, em uma Escola Municipal de Dois Vizinhos PR, fui contratada como professora estagiária para auxiliar uma aluna de 7 anos com deficiência visual. Nesse contexto, surgiu a necessidade de capacitação para o atendimento da aluna. O processo se iniciou sem a disponibilidade de recursos somada ao fato de não possuir experiência da escrita Braille, o que tornou o trabalho extremamente dificultoso. Por ser estagiária não tinha direito de hora atividade. Mediante essa situação, estudei o Braille sem orientação alguma, e me deparei com uma gestão escolar despreparada, com professores sem especialização e a falta de material escolar específico.

A exclusão causa desapontamento, pois ser tratada de forma diferente e não ter condições para alterar a situação, gera aflição, tristeza e depressão. O início do meu trabalho com a aluna deficiente visual, foi um processo muito difícil pelo fato dela não se aceitar como uma pessoa com essa deficiência. O fato de ser chamada de cega a incomodava e restringia a sua socialização com os colegas. A inclusão é um processo lento, por isso trabalhei com ela gradativamente o processo de aceitação, explicando a ela que a deficiência visual não constitui impedimento para ter um papel na sociedade, para adquirir autonomia em circular livremente, em realizar atividades e progredir nos estudos. Dias et.al (2017) ressalta que “sociedade atenta mais para as dificuldades e impedimentos do que nos potenciais e qualidades de tais pessoas”.

Em alguns meses a escola me concebeu hora atividade, a aluna adquiriu máquina de datilografia Braille, que proporcionou a ela realizar atividades em sala de aula, com o tempo a escola recebeu também uma impressora Braille. O uso da bengala tornou-se uma conquista, rompendo a visão de que a professora auxiliar precisasse ficar ao lado dela o tempo todo e levá-la onde fosse necessário. Realizei uma atividade de ambientação e reconhecimento do espaço físico escolar, para que ela soubesse a localização das salas,

banheiros, bebedouro, saguão, podendo então circular livremente sem acompanhamento.

No âmbito escolar, procurei demonstrar aos demais alunos da escola a importância da inclusão, explicando a eles que a deficiência visual não a impedia de dialogar, brincar e realizar as mesmas atividades. Conforme ela adquiria autonomia, foi havendo uma mudança de atitude por parte dos colegas em relação a ela.

## **4.2 Ensino Médio**

### **4.2.1 Parecer do professor especializado**

Foi realizada uma entrevista com a professora especializada da SRM para Deficiente Visual. Primeiramente relatou-se como ocorreu o seu processo de especialização.

**Pergunta 1:** Como ocorreu o seu processo de especialização para atender os alunos com Deficiência Visual?

*“Possuo magistério onde iniciou o meu interesse pela área da educação especial. Sou formada em Pedagogia e posteriormente fiz os cursos adicionais para áreas de deficiência que teve até 2001. Eu me identifiquei com a deficiência visual, realizei os estágios e meu trabalho de conclusão de curso foi nessa área. Com o decorrer do tempo fiz os cursos que o CAP e a SEED ofereciam para trabalhar com os alunos deficientes visuais”.*

*“Minha especialização foi trabalhar a alfabetização em Braille, metodologias de cálculos e registros, orientação de locomoção, independência e autonomia do aluno e os quatro estágios que uma criança com deficiência visual deve passar para chegar ao período preparatório para alfabetização”.*

Podemos considerar que a formação para o professor na área de educação especial está mais presente nos cursos de Pedagogia. E, de acordo com a legislação vigente (art.59 da LDB), para atuar nesta área é necessário “[...] especialização adequada em nível médio e superior, em atendimento especializado”. O que se observa, desta forma, é que nos outros cursos de

licenciatura esta formação ainda não é contemplada. Temos que compreender que independente da formação, lecionaremos para estes alunos, não pensar e não se capacitar para este fim faz com que propiciemos a exclusão ao invés da inclusão.

Esta formação dos professores para lecionar para os alunos que possuem deficiência foi abordada desde a Declaração de Salamanca. Nesta se afirmou que todos os educadores deveriam ter preparação apropriada, como uma capacitação “pré-profissional”, incluindo a todos os estudantes principalmente os de pedagogia, sendo que as Universidades deveriam ter um papel fundamental no processo de formação e preparação de professores para atuarem nessa área (BRAGA,2009). Cartolano (1998) menciona que a formação do profissional da educação necessita recuperar a didática entre a teoria e a prática sendo considerada parte indissociável do curso de formação do profissional.

Secretaria de Educação a Distância (SEED) e Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN) promovem formação continuada para os professores trabalharem com alunos cegos ou com baixa visão, Airton Galvão coordenador do Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção Braille de Orleans, que participava desta formação em Curitiba PR, relatou em uma entrevista que estes cursos em Braille, são uma iniciativa importante, pois se um deficiente visual que quisesse aprender o Braille encontraria dificuldades de acesso ao conhecimento (SEED, 2009).

Outro fator abordado pela professora especializada são os cursos disponibilizados pelos centros de Apoio Pedagógicos ao Deficiente Visual (CAP) oferecem suporte aos alunos cegos e com baixa visão, além de qualificar profissionais que desejam atuar com estes alunos. SEED atua de forma transversal no Ministério da Educação, além de estar articulada com os demais órgãos do MEC, disponibilizando cursos à distância com a finalidade de proporcionar capacitação e aperfeiçoamento aos professores, sendo como uma formação continuada para trabalharem com alunos cegos ou com baixa visão.

O sistema de ensino passou a ofertar ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos matriculados no ensino comum da rede pública, fornecendo formação ao professor para atuar na Educação Especial e

no AEE, segundo os critérios disposto no Decreto nº 6.571/2008. Essas Diretrizes Operacionais não devem ser entendidas como substitutivo à escolarização realizada em classe comum das diferentes etapas da Educação Básica. Este atendimento especializado que os alunos com deficiência, incluindo os alunos com deficiência visual, recebem está descrita no Decreto nº 6.571/2008, sendo regulamentado no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, dispõe que:

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Para trabalhar com os alunos Deficientes Visuais também conta-se com o apoio da Sala de recursos multifuncionais. No Paraná, a Instrução Normativa nº 06/2016 SEED/SUED ressalta a sala de recursos multifuncionais para atender estes alunos, regulamentando esse serviço na área visual.

O atendimento será disponibilizado aos estudantes cegos, de baixa visão ou outros acometimentos visuais, a partir de 06 (seis) anos, regularmente matriculados nas instituições de ensino que ofertam o Ensino Fundamental (anos finais) ou Ensino Médio, atendidos na rede pública. Poderão ser atendidas também, pessoas da comunidade com cegueira ou baixa visão [...] (PARANÁ, 2016, p.1).

Em sua segunda fala a professora especializada faz uma breve explanação sobre os conteúdos ensinados em sua especialização para se trabalhar com alunos que possuem deficiência visual, como obter conhecimento do Braille e Sorobã para realização de cálculos matemáticos. Deste modo, se faz necessários recursos disponíveis para este processo, sendo que, inicialmente este aluno terá que propiciar d uma autonomia nos afazeres como locomoção, localização do ambiente, realização de afazeres básicos, para dar sequencia a sua preparação para entrar na rede pública de ensino que iniciará o processo de alfabetização (CARVALHO, 2011).

A professora também expos em sua fala, a necessidade de manter contato com os professores regentes que lecionam para o aluno com deficiência visual, a fim de estar colaborando na construção de materiais didáticos e no desenvolvimento de atividades adaptadas.

**Pergunta 2:** Você mantém contato com os professores regentes? Procede na construção de algum material didático?

*“Tenho que manter contato com os professores e fazer o trabalho de colaboração, realizando e adaptando o material para o aluno juntamente com os professores regentes das disciplinas, assim como Ciências e Biologia. No meu papel de especialista, tenho que manter o contato com todos os professores deste aluno e realizar um trabalho em equipe”.*

O professor especializado da SRM para Deficiente Visual tem papel fundamental de proporcionar suporte ao professor do ensino comum, orientando e adaptando materiais e avaliações necessárias para aprendizagem deste aluno (CARVALHO, 2011). Além de orientar familiares e escola. Sendo assim, estes atendimentos estão enquadrados na Resolução CNE/CEB 2001, que determina que o aluno com DV adquira avaliações adaptadas ou ajustadas de acordo com as condições do educando. Além disso, o professor especializado deve realizar visitas periodicamente para trabalhar com os alunos e com seus respectivos professores.

Em uma entrevista realizada em um curso da escrita Braille em Curitiba PR, proporcionado pela SEED e DEEIN, professora Adriana Belloto Silva, ressalta a importância de o professor obter cursos para propiciar um atendimento de qualidade para estes alunos, considerando em sua fala que “Para um aluno cego, todo dia é muito importante, por isso é uma responsabilidade muito grande e não se pode errar” (SEED, 2009). O comprometimento com este aluno está além de uma alfabetização, pois o preconceito persiste por parte da sociedade e da família e pode ser trabalhado dentro da escola devido ao processo de socialização e compreensão.



#### 4.2.2 Parecer do aluno com Deficiência Visual.

**Pergunta 1:** Você gosta das aulas de Biologia? Por quê?

*“Sim, principalmente quando a professora leva material e explica bem detalhado”.*

A elaboração de materiais didáticos adaptados no ensino de Biologia para alunos com DV ainda são pouco encontrados, sendo que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pressupõem o investimento nas diversas áreas de atuação docente para englobar as práticas inclusivas ao ensino de ciências e biologia. Segundo Camargo e Nardi (2006), a utilização de material tátil que pode ser manipulado estabelece comunicação entre um determinado conteúdo e os alunos cegos ou com baixa visão. Esta adaptação de materiais para alunos com deficiência visual se enquadra no processo de inclusão escolar que disponibiliza as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos os alunos.

Segundo Mantoan (2000) o professor juntamente com a equipe pedagógica deve buscar adaptar materiais para seus alunos. Em sala de aula, com um aluno DV se faz necessário à criatividade e estratégias adequadas que motivam sua vontade de aprender, sendo que “recursos alternativos valendo-se de materiais didáticos pedagógicos e tecnológicos poderá ser um caminho mais seguro e eficiente para a escola, uma vez que torna a prática pedagógica mais dinâmica” (CAPORRINO, 2010 p.3).

**Pergunta 2:** Como os professores de Biologia ensinam os conteúdos ? Como você gostaria de aprender Biologia?

*“A professora leva material na aula sobre células, onde eu posso sentir as organelas, mas quando leva o microscópio eu não consigo ver”.*

*“Gostaria com materiais, modelos e aula expositiva. Só o material sem a fala seria difícil de identificar e entender, só com a fala e sem material também”.*

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, as adaptações para o aluno devem contemplar materiais escritos, atividades cooperativas e matérias de manipulação tátil. A importância dos materiais didáticos também consta no Decreto 7.611 de 2011, em seu art. 5º o documento propõe que a União prestará apoio financeiro técnico aos estados, municípios e instituições especializadas para:

§ 4 A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS [...] (BRASIL, 2011).

É importante enfatizar que o não planejamento para execução de qualquer material didático pedagógico pode resultar em efeito contrário, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem. Como o aluno expôs em uma das suas falas, a explicação do conteúdo juntamente com o material didático auxilia na sua aprendizagem e obter conhecimento das características do objeto trabalhado, ou seja, um facilitador na compreensão do conteúdo (VAZ et.al, 2012).

Para Griffin e Gerber (1996), Crozara e Sampaio (2008) o material didático para o aluno cego tem por finalidade, além de proporcionar a inclusão complementar a toda a explanação que o professor fez sobre um determinado conteúdo, despertando no aluno a capacidade da compreensão do assunto, sendo que estes materiais devem atender suas necessidades.

### **Pergunta 3:** Você se sente incluído na escola?

*“Eu não converso muito, porque eu não gosto de barulho, me atrapalha, mas quando é atividade em grupo eles me ajudam e ditam para mim o conteúdo”.*

*“Incluído mais ou menos, porque na hora do recreio eu fico mais sozinho e não tenho com quem brincar, mas em sala de aula pelos colegas, diretor e professor eu me sinto incluído, é só no intervalo que me sinto sozinho. Algumas vezes eles ficam comigo”.*

As pessoas com deficiência compartilham da mesma dificuldade em conviver ou se relacionar com outras pessoas. A inclusão é um processo gradativo, mas se tem êxito quando estes reconhecem suas diferenças, mas se

encaixam no espaço em que ocupam (MOHR et.al, 2012). É natural que o aluno com DV apresenta certa aversão da conversa em sala de aula, já que estes precisam se concentrar na audição para poder ouvir e transcrever na máquina em Braille o que o professor menciona.

Em relação ao intervalo, estar sozinho é muito comum entre as pessoas que possuem alguma deficiência, na questão de possuírem dificuldades. As pessoas pensam que o aluno com DV não pode se locomover sozinho ou brincar, equívoco pensarmos isso, já que este possui uma bengala para sua locomoção e autonomia, de fato que obstáculos no ambiente escolar podem limitar esta locomoção, mas não o impede de brincar. Este aluno em alguns momentos mencionou que sua inclusão muitas vezes é parcial. Para consolidarmos a inclusão é importante à sociedade de modo geral despojem-se de preconceitos e estereótipos e assumem uma postura pautada na diversidade, já que estes podem muito bem assumir uma autonomia (COSTA, 2012).

O processo de inclusão descrito por Oliveira (2005) compreende-se em três níveis, primeiro a presença do aluno, onde este deve estar participando das atividades, segundo é a participação permitindo a socialização com a turma e professor, autonomia, além de conquistar seu espaço. Terceiro é a aquisição de conhecimentos, através da presença e participação deste aluno servira de base para aprendizagem, confiança, autoestima e inclusão.

Ribeiro (2017) aborda que a afetividade no ambiente escolar por parte dos professores, alunos, direção e funcionários contribui para o desenvolvimento e permanência deste aluno no ambiente escolar, se faz necessária uma educação voltada para o coletivo e realização de atividades em conjunto, fazendo com que seja criada afetividade dos demais alunos para este aluno incluso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma escola inclusiva e de qualidade é almejada por professores, alunos, gestores e familiares. Podemos compreender que a inclusão do aluno com deficiência visual é dificultosa, principalmente o ensinar e readaptar e planejar conteúdos. O aluno com deficiência visual ainda encontra desafios no processo de ensino aprendizagem, onde a inclusão na rede comum de ensino apresenta limitações nas condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos de apoio e principalmente o convívio escolar.

O processo de formação dos professores para se trabalhar com um aluno DV, ainda é restrito e pouco incentivado pelo poder público, nos cursos de graduação oferta-se apenas a disciplina de Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS. A contribuição dos professores e da professora especializada nas práticas pedagógicas e materiais adaptados disponibilizados nas aulas juntamente com a explicação, permite a efetivação do conhecimento por parte destes alunos.

Em relação ao meu relato de experiência, a hora atividade para professores que lecionam para um aluno com DV, permite adaptar as atividades, refletir sobre ações, planejamento dos conteúdos e métodos para se trabalhar com este aluno. As conquistas desta aluna foram gradativas, mas significativa. Através desta aluna a equipe escolar aprendeu e contribuiu para aprendizagem e efetivação da inclusão.

Para oferecer aos alunos uma educação de qualidade se faz necessário proporcionar prática, ação docente, aprendizagem e ensinamento. Assim, torna-se necessária a qualificação do trabalho docente, sendo que uma formação mais sólida permitirá que os professores trabalhem com os pais e alunos, havendo uma integração. A formação continuada, além de proporcionar maior entendimento para se trabalhar com estes alunos, acaba-se também preenchendo lacunas da formação inicial do profissional. Partindo disto as políticas públicas de educação, deveriam ser mais criteriosas e objetivas, abrangendo todos os alunos que apresentam alguma deficiência. A busca por melhorias na legislação ainda é processo contínuo, independente da força ou

ser professor/estagiário se faz necessário formação para se trabalha com alunos DV ou com outra deficiência.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE Maria, M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Maria G.S. **A importância da Leitura como Elemento de Construção do Imaginário da Criança com Deficiência Visual**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014.

DIAS, Camila E; CODEN, Quelen S; PANOSSIAN, Maria L. Uma Experiência de Estágio em Sala de Aula Regular com Deficientes Visuais: Reconhecimento e conhecimento potencialidades e limitações da organização do ensino. **Encontro Paranaense de Educação Matemática**. Cascavel, 2017.

BRAGA, Denise R. **A formação Inicial de Professores para o Trabalho com a Educação Especial do Ensino Regular**. Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, 2009.

BARRETTA, Emanuele M; CANAN, Silvia R. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais**. RS: 2012.

Disponível em:

<[www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181](http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BUCCIO Maria, I; BUCCIO Pedro, A. **Educação Especial: uma história em construção**. 2.ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [1988]**. Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção**: Na área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha 7-10 de Jun. UNESCO, 1994. Disponível em: <[http://redeinclusao.pt/media/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7611**. Presidência da República, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011.2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011.2014/2011/Decreto/D7611.htm)> . Acesso em: 05 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Manual operacional para comitês de ética em pesquisa**. 4.ed., ver., atual. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CAMARGO, Eder P.; NARDI, Roberto. Ensino de conceitos físicos de terminologia para alunos com deficiência visual: dificuldades e alternativas encontradas por licenciados para o planejamento de atividades. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Ago. 2006, vol.12, n°.2, p.149-168.

CAPORRINO Cláudia, G. **Materiais didático-pedagógicos como recurso de aprendizagem para alunos com necessidades educativas especiais: caminhos e possibilidades**. Jacarezinho – PR, 2010. Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

CARVALHO, Francisca A. **A Inclusão do Aluno com Deficiência Visual no Ensino Regular e o Uso das Ferramentas Pedagógicas na Aprendizagem**. Brasília, 2011. 51 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano)-Universidade de Brasília-UnB.

CARTOLANO, M. T. P. **Formação do educador no curso de Pedagogia: a educação especial**. Caderno Cedes, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998.

COSTA, Vanderlei B. **Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

CORREIA, Clacy S. **O Desafio da Inclusão no Ambiente Escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR**. Monografia. 45f. Medianeira: UTFPR, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4287/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_18.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4287/1/MD_EDUMTE_2014_2_18.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <[file:///C:/Users/Isabella%20Cristina/Downloads/Pesquisa%20em%20Cie%CC%82ncias%20Humanas%20e%20Sociais%20\(Anto%CC%82nio%20Chizzotti\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Isabella%20Cristina/Downloads/Pesquisa%20em%20Cie%CC%82ncias%20Humanas%20e%20Sociais%20(Anto%CC%82nio%20Chizzotti)%20(2).pdf)>. Acesso em: 6 mai. 2018.

CROZARA, T. F.; SAMPAIO, A. de A. M. Construção de material didático tátil e o ensino de geografia na perspectiva da inclusão. In: **ENCONTRO INTERNO. XII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 8., 2008, Uberlândia. Anais...Uberlândia: UFU, 2008. p. 01-07.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Ribeirão Preto: **Paidéia**. Vol. 17. n. 36. Jan/Abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103863X2007000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2007000100003)>. Acesso em: 26 out. 2018.

EICHLER, Marcelo Leandro; DEL PINO, José Cláudio. A produção de material didático como estratégia de formação permanente de professores de ciências. **Revista Eletrônica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 9, nº 3, p. 633-656, 2010.

FRIAS, Elizabel M.A; MENEZES, Maria C.B. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais**: contribuições ao professor do Ensino Regular. Paranavaí, 2008. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí-FAFIPA.

GIL, Carlos A, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed.. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

GUEBERT Mirian, C.C. **Inclusão**: uma realidade em discussão. 2.ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

GRIFIN, H. C.; GERBER P. J. Desenvolvimento tátil e suas implicações na educação de crianças cegas. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, n. 05, p. 01- 06, dez. 1996.

JORGE, Viviane L. **Recursos didáticos no Ensino de Ciências para alunos com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Licenciatura Plena em Ciências Biológicas). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LAZZARETTI, Beatriz; FREITAS, Alciléia S. Família e Escola: O processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes**. vol. 5, n.6, p.1-1. Jan/Dez, 2016.

Lei nº 13.146/2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, jul. 2015.

Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LUDKE Menga; ANDRÉ Marli, E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo: **Perspec**. Vol. 14. n. 2 Abr/Jun 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010288392000000200008&script=sci\\_artt\\_ext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010288392000000200008&script=sci_artt_ext)>. Acesso em: 26 out.2018.

MANTOAN, Maria T.E. Special Education in Brazil- from exclusion to inclusion. **Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins**, Campinas, SP, v.1, n.3, jun. 2000.

MANTOAN Maria, T.E; PRIETO Rosângela, G; ARANTES Valéria, A (org). **Inclusão Escolar**: pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria T.E. **A Educação Especial no Brasil**: da exclusão a inclusão escolar. São Paulo, 2011.



MORH, Allan M et.al (orgs). **Pensando a Inclusão**. 1ed, p.131. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

OLIVEIRA, Ana A. S. O conceito de deficiência em discussão: representações sociais de professores especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.10, n.1, Jan.-Abr, 2004.

OLIVEIRA, Renata C. **Processo de Inclusão do Deficiente Visual**: limites e avanços. Brasília, 2005. Centro Universitário de Brasília- UniCEUB . Faculdade de Ciências da Educação - FACE.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 02/2003**.

Disponível em:

<[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e/\\$FILE/\\_p8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30co.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/93946370948cd82903256d5700606b9e/$FILE/_p8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30co.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 02/2016**. Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2016.

\_\_\_\_\_. **Instrução nº 06/2016**. Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais no Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio - Deficiência Visual. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao062016sued.pdf>>. Acesso em 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 28 out.2018

PENA, Mônica A.L; FERREIRA, Fábio F. **O Direito dos Deficientes Visuais à Audiodescrição**. Vitória da Conquista-BA, 2011. Disponível em: <[eriodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/1728/1591](http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/1728/1591)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RIBEIRO, Larissa O.M. A Inclusão do Aluno com Deficiência Visual em Contexto Escolar: afeto e práticas pedagógicas. **Revista Educação, Artes e Inclusão**. v.13, n.1, Jan/Abr, 2017.

RODRIGUES, D. (Org.). **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva**. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SEED. Secretaria de Educação a Distância Ministério da educação. **Relatório de Gestão 2008**. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16181-relatorio-gestao-seed-2008-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16181-relatorio-gestao-seed-2008-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 out. 2018.

SEED. Secretaria da Educação. **Professores são capacitados nos sistemas Braille e Soroban Inicial**. 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=880>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Concepções e Alertas sobre a Formação Continuada de Professores de Química. **Química Nova na Escola**. n. 16, 2002.

VAZ, José C. et al. Material Didático para Ensino de Biologia: Possibilidades de Inclusão. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências** Vol. 12, No 3, 2012.

VITALIANO, Célia R. Análise da Necessidade de Preparação Pedagógica de Professores de Cursos de Licenciatura para Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.13, n.3, Marília, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n3/a07v13n3.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

## APÊNDICE

**APÊNDICE I-** Roteiro de Entrevista: processo de inclusão escolar do aluno com deficiências visual.

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Acadêmica:** Sara de Andrade Martins

**Prof.<sup>a</sup> Orientadora:** Patrícia Franchi de Freitas

**Título: Inclusão do Aluno com Deficiência Visual:** Realidade e Dificuldades

#### **Comunidade Escolar (Diretora e Coordenadora):**

1. Como a escola se preparou para atender o aluno com deficiência visual?
2. Como a escola juntamente com a equipe pedagógica, trabalham o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência visual, com professores, serventes e alunos?

#### **Professores Regentes do Fundamental I:**

- 1- Você possui alguma especialização para atender um aluno com Deficiência Visual?
- 2- Como você se sentiu ao saber que lecionaria para um aluno com Deficiência Visual?
- 3- Como vocês professores elaboram materiais para auxiliar o aluno com Deficiência Visual, principalmente nos conteúdos de Ciências?

#### **Professor Especializado:**

- 1- Como ocorreu o seu processo de especialização para atender os alunos com Deficiência Visual?
- 2- Você mantém contato com os professores regentes? Procede na construção de algum material didático?

**Aluno Deficiente Visual:**

- 1- Você gosta das aulas de Biologia? Por quê?
- 2- Como os professores de Biologia ensinam os conteúdos? Como você gostaria de aprender Biologia?
- 3- Você se sente incluído na escola?